

Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros. Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da CAPEMISA Capitalização S/A relativas ao exercício de 2018, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

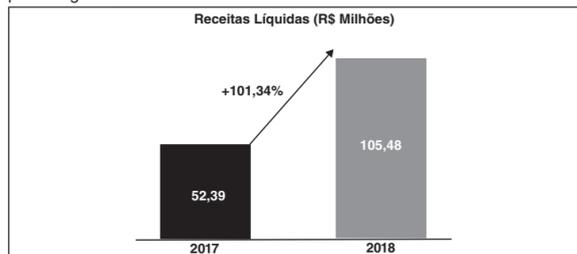
As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

1. Desempenho das Operações de Capitalização

No ano de 2018, a CAPEMISA Capitalização S/A, manteve a sua política de melhorias em seus processos de gestão e de tecnologia com foco em buscar um posicionamento mais relevante entre os principais atores deste segmento de mercado.

No exercício 2018 a companhia aumentou o volume de operações com entidades filantrópicas, atualmente são 10 operações (4 operações em 2017), esse movimento originou o aumento dos principais números da companhia.

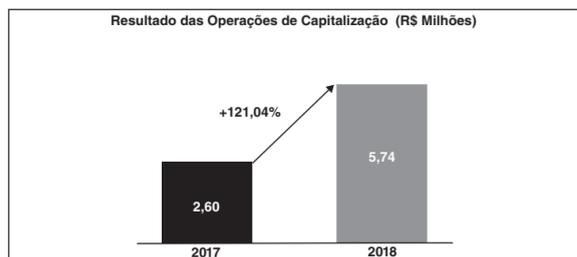
Nesse cenário, em 2018 as receitas líquidas com títulos de capitalização totalizaram R\$ 105 milhões (R\$ 52 milhões em 2017), sendo arrecadação com títulos de capitalização de R\$ 212 milhões (R\$ 105 milhões em 2017) e R\$ 106 milhões (R\$ 53 milhões em 2017) referentes a variação da provisão para resgate.



O resultado com sorteios no exercício de 2018 totalizaram R\$ 97,65 milhões (R\$ 37,80 milhões em 2017).



Esses resultados combinados a variação de provisões e a outras receitas elevam o resultado das operações de capitalização no exercício de 2018 em 121,04%, em comparação com o mesmo período do exercício anterior.



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2018		2017		PASSIVO	Notas	2018		2017	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
CIRCULANTE		54.413	27.360	38.983	16.045	CIRCULANTE		38.983	16.045	38.983	16.045
Disponível		709	228	1.979	1.701	Contas a pagar		1.979	1.701	1.979	1.701
Caixa e bancos		709	228			Obrigações a pagar		619	1.037	619	1.037
Aplicações	4	36.614	14.998			Impostos e encargos sociais a recolher		874	481	874	481
Créditos das operações de capitalização						Encargos trabalhistas		109	62	109	62
Créditos das operações de capitalização	5	17.039	12.098			Impostos e contribuições		377	121	377	121
Títulos e créditos a receber						Depósitos de terceiros		879	341	879	341
Créditos tributários e previdenciários	6	31	28			Provisões técnicas - capitalização	11	36.125	14.003	36.125	14.003
Despesas antecipadas		20	8			Provisão para resgates		26.918	11.418	26.918	11.418
ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.297	4.273	18	-	Provisão para sorteio		8.847	2.312	8.847	2.312
Realizável a longo prazo		5.297	4.273			Provisão administrativa		360	273	360	273
Aplicações	4	5.261	4.264			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18	-	18	-
Títulos e créditos a receber		31	8			Contas a pagar		18	-	18	-
Créditos tributários e previdenciários	6	31	8			Tributos diferidos		18	-	18	-
Imobilizado		4	-			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	20.709	15.588	20.709	15.588
Bens móveis		4	-			Capital social		13.258	13.258	13.258	13.258
Intangível		1	1			Aumento de capital(em aprovação)		3.500	-	3.500	-
Outros intangíveis		1	1			Reservas de lucros		3.929	2.330	3.929	2.330
TOTAL DO ATIVO		59.710	31.633	59.710	31.633	Ajuste de avaliação patrimonial		22	-	22	-
						TOTAL DO PASSIVO		59.710	31.633	59.710	31.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Discriminação	Capital Social	Aumento Capital (Em Aprovação)	Reservas de Lucros		Ajuste TVM	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	13.258	-	114	1.678	-	-	15.050
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	706	706
Proposta p/ distribuição do resultado	-	-	35	-	-	(35)	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	(503)	(503)
Reservas estatutárias	-	-	-	503	-	(168)	(168)
Dividendos	-	-	-	-	-	(446)	(446)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	13.258	-	149	2.181	-	-	15.588
Revisão da proposta de distribuição do resultado de 2017, conforme AGO 08/03/2018	-	-	-	168	-	-	168
Aumento de capital: Conforme AGE de 18/12/2018.	-	3.500	-	-	-	-	3.500
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	22	-	22
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.877	1.877
Proposta p/ distribuição do resultado	-	-	94	-	-	(94)	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	(1.337)	(1.337)
Reservas estatutárias	-	-	-	1.337	-	(446)	(446)
Dividendos	-	-	-	-	-	(446)	(446)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.258	3.500	243	3.686	22	-	20.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (ORA)

Itens que serão reclassificados para o resultado:

Ativos financeiros disponíveis para venda - ajuste a valor justo

Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDOS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

RESULTADO ABRANGENTE TOTAL

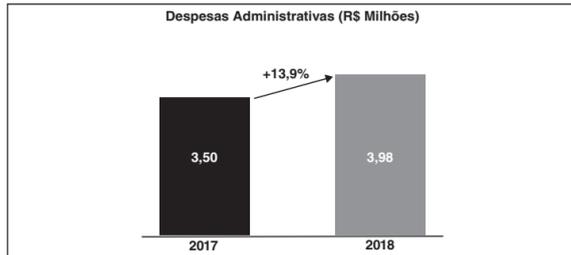
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2018	2017
Resultado líquido do exercício	1.877	706
Outros resultados abrangentes	40	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(18)	-
Resultado abrangente total	1.899	706

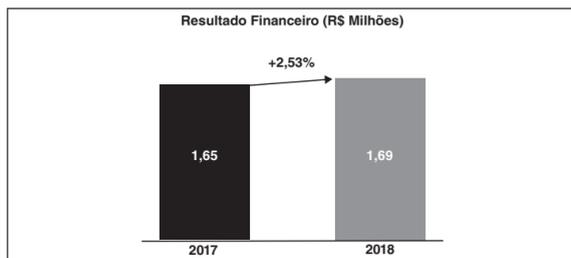
1 - Contexto operacional: A Capemisa Capitalização S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade Anônima Fechada, autorizada a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar planos de capitalização em todo o território nacional, podendo, ainda, participar de outras Sociedades. A Sociedade está atuando na modalidade incentivo. Entende-se por Modalidade Incentivo o Título de Capitalização que está vinculado a um evento promocional instituído pelo Subscritor. O subscritor neste caso é a empresa que compra o título e o cede total ou parcialmente (somente o direito ao sorteio) aos clientes consumidores do produto utilizado no evento promocional.

2 - Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 - Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, reconhecidos pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. Na elaboração das demonstrações financeiras foi realizado o critério de comparabilidade estabelecido no pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2.2 - Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os instrumentos financeiros disponíveis para venda; e • Provisões técnicas mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. 2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo. 2.4 - Conclusão das demonstra-

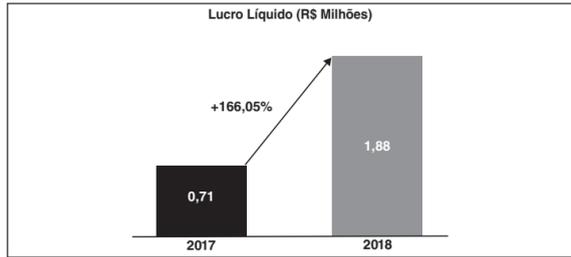
Para suportar o crescimento da empresa, foram necessários investimentos em tecnologia e em pessoal próprio, nesse cenário as despesas administrativas (incluindo tributos) totalizaram no exercício de 2018 R\$ 3,98 milhões (R\$ 3,50 milhões em 2017).



Mesmo em um cenário de queda expressiva nas taxas de juros, a companhia apresentou no exercício de 2018 aumento de 2,53% em seu resultado financeiro em relação ao mesmo período de 2017. Esse aumento é atribuído a dois fatores: Aumento do montante de aplicações R\$ 41,9 milhões em 2018 (R\$ 19,3 milhões em 2017) e a melhoria na gestão dos investimentos, em função do aumento de alocação em títulos pré-fixados (LTN'S).

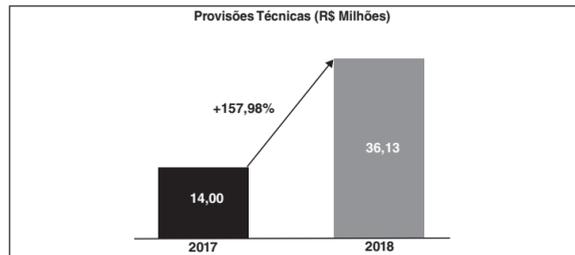


O lucro líquido da companhia cresceu 166,05% em relação ao exercício anterior, totalizando no exercício de 2018 R\$ 1,88 milhões (R\$ 705,6 mil em 2017).



2. Provisões Técnicas

As provisões técnicas totalizaram R\$ 36,13 milhões (R\$ 14 milhões em 2017), sendo R\$ 26,9 milhões (R\$ 11,4 milhões em 2017) de provisão para resgates, R\$ 8,8 milhões (R\$ 2,3 milhões em 2017) de provisão para sorteio e R\$ 360 mil (R\$ 273 mil em 2017) de outras provisões.



3. Desafios e Gestão

O principal desafio para o segmento de capitalização no próximo ano é a entrada em vigor do novo marco regulatório (Circular SUSEP nº 569/18) que além de alterar as modalidades clássicas de capitalização, criou duas novas: instrumento de garantia e filantropia premiável. Não obstante, o novo marco regulatório trouxe novos desafios dado o aumento do custo regulatório e fiscal além de restringir as aplicações da modalidade Incentivo. Neste cenário, a companhia vem investindo seus recursos financeiros, tecnológicos e humanos para adaptar seus sistemas, processos e contratos a nova regulamentação, mantendo-se em compliance com as boas práticas de mercado.

4. Governança Corporativa

O Grupo CAPEMISA vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento dos controles internos têm permitido um salto em qualidade na manutenção e refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade e de ética profissional e social. A segurança da informação é preocupação constante para o Grupo.

5. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constituiu provisões, de acordo com as melhores práticas de gestão, tendo assim, seus riscos administrados e mitigados de acordo com as normas da SUSEP, o que ratifica a solvência da Companhia para cobertura de suas responsabilidades. A CAPEMISA Capitalização S/A se mantém como empresa sólida e capaz de honrar seus compromissos, em sua totalidade, até o seu vencimento. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações, declaramos que os títulos classificados na categoria "até o vencimento" serão mantidos.

6. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A administração ressalta que não houve reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Companhia.

7. Perspectivas e Planos da Administração

A CAPEMISA Capitalização S/A recebeu o montante de R\$ 3,5 milhões da CAPEMISA Seguradora para suportar os investimentos necessários da companhia, assim como, garantir a suficiência de cobertura das provisões técnicas e o equilíbrio financeiro das operações.

	Notas	2018	2017
Receita líquida com títulos de capitalização		105.476	52.388
Arrecadação com títulos de capitalização		211.978	105.581
Variação da provisão para resgate		(106.502)	(53.193)
Varição das provisões técnicas		(87)	(71)
Resultado do sorteio		(97.647)	(37.799)
Custos de aquisição		(813)	(295)
Outras receitas e despesas operacionais	15.a	(1.185)	(11.625)
Outras receitas operacionais		57	61
Outras despesas operacionais		(1.242)	(11.686)
Despesas administrativas		(3.551)	(2.746)
Pessoal próprio	15.b	(2.348)	(1.803)
Serviços de terceiros	15.c	(899)	(787)
Localização e funcionamento		(130)	(39)
Publicidade e propaganda		(51)	(8)
Publicações		(66)	(57)
Donativos e contribuições		(33)	(39)
Despesas administrativas diversas		(24)	(13)
Despesas com tributos	15.d	(432)	(751)
Resultado financeiro	15.e	1.692	1.651
Receitas financeiras		1.980	1.914
Despesas financeiras		(288)	(263)
Resultado operacional		3.453	752
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	15.f	(6)	529
Resultado antes dos impostos e participações		3.447	1.281
Imposto de renda	16	(834)	(292)
Contribuição social	16	(694)	(253)
Participações sobre o lucro		(42)	(30)
Lucro líquido do exercício		1.877	706
(/) Quantidade de ações		15.914.000	13.200.000
Lucro líquido do exercício por ação (em reais)		0,12	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2018	2017
Atividades Operacionais	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.877	706
Depreciação e amortizações	1	-
Redução ao valor recuperável dos ativos	51	-
Ganhos e perdas não realizados com TVM	22	-
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(22.614)	(2.240)
Créditos das operações de capitalização	(4.948)	(10.900)
Créditos fiscais e previdenciários	(69)	(14)
Ativo fiscal diferido	-	(8)
Despesas antecipadas	(12)	(3)
Outros ativos	-	1
Impostos e contribuições	2.051	435
Outras contas a pagar	(205)	1.249
Depósitos de terceiros	539	261
Provisões técnicas - capitalização	22.122	11.614
Provisões judiciais	-	(541)
Caixa Gerado (Consumido) pelas Operações	(1.185)	560
Imposto sobre o lucro pagos	(1.383)	(460)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	(2.568)	100
Atividades de Investimento		
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(5)	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(5)	-
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	3.500	-
Distribuição de dividendos	(446)	(65)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento	3.054	(65)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	481	35
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	228	193
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	709	228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis). 2.7 - Gestão de riscos: A Capemisa Capitalização S/A possui uma estrutura de Gestão de Riscos, com reporte direto à Diretoria, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade. A estrutura é liderada pela Superintendência de Governança Corporativa e visando manter o princípio da transparência na gestão de riscos, a Capemisa utiliza uma ferramenta que consolida os riscos, mantendo o monitoramento dos níveis de exposição aos principais riscos reportados na matriz

de acordo com os objetivos definidos pela Companhia e seus acionistas. **Processo de Gestão dos Riscos Financeiros:** A Gestão de Risco dos instrumentos financeiros é conduzida na primeira camada pela Gerência Financeira que faz a gestão e executa as estratégias de investimentos considerando os critérios de liquidez, solvência, rentabilidade e segurança orientada pela Circular Normativa de investimentos, na qual estão inseridas as diretrizes de investimentos da Sociedade. Na segunda camada, a Sociedade possui um Comitê de Investimentos que tem por objetivo assessorar na Gestão de Investimentos, avaliando a conformidade com a legislação vigente e a Política de Investimentos contida na circular normativa de investimentos. A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, classificados como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. **Risco de mercado:** O Risco de Mercado consiste na possibilidade de perdas, decorrentes das flutuações do valor dos ativos, dada às oscilações do mercado financeiro. O controle de risco dos ativos financeiros é baseado em análise quantitativa, usando como base o modelo de capital de risco de mercado – modelo SUSEP. **Risco de crédito:** O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pela contraparte. Com o objetivo de minimizar o risco de crédito, a maior parte dos ativos garantidores está alocada em títulos públicos federais e o restante dos recursos alocados em ativos privados criteriosamente selecionados e que são monitorados diariamente. A Capemisa possui uma política que estabeleça limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de rating e boas práticas. **Risco de liquidez:** O Risco de Liquidez consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros. Como forma de mitigar esse risco, a Capemisa monitora a solvência e as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. A aplicação dos recursos garantidores de reservas técnicas e das provisões está de acordo com a regulamentação vigente, observando os critérios do ALM com vencimentos e liquidez capazes de fornecer margem para alcançar os objetivos da companhia. **3 - Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes: **3.1 - Instrumentos financeiros:** **3.1.1 - Caixa e equivalentes de caixa:** Representam cheques emitidos e não compensados e numerário disponível em contas bancárias. Estes ativos apresentam risco insignificante de alteração do valor justo, e são acompanhados pela Sociedade na gestão das obrigações de curto prazo e estão representados pela rubrica "Caixa e Bancos". **3.1.2 - Ativos financeiros:** A Administração da Sociedade realiza a seguinte classificação dos seus ativos financeiros: **I. Valor justo por meio do resultado** – Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. As mudanças no valor justo desses ativos, incluindo rendimentos e ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período; **II. Disponíveis para venda** – Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento"; São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período e são ajustados aos seus respectivos valores justos, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado do período, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido. **III. Mantidos até o vencimento** – Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Sociedade tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados no resultado do período. **IV. Empréstimos e recebíveis** - Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Posteriormente, tais ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustado, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.2 - Redução ao valor recuperável:** **3.2.1 - Instrumentos financeiros:** A Administração da Sociedade realiza a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de balanço. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Sociedade em condições não consideradas normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **3.2.2 - Créditos das operações de capitalização:** A redução ao valor recuperável dos créditos das operações de capitalização é realizada conforme critério definido na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, ou seja, para os créditos vencidos há mais de 60 dias a sociedade reconhece o registro em conta redutora ao ativo correspondente, cujo valor corresponderá à totalidade dos valores a receber, independentemente se houver outros valores a vencer do mesmo devedor. **3.3 - Intangível:** Mensurado pelo custo histórico, e é constituído por gastos com aquisição de software. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a. **3.4 - Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (no exercício) para imposto de renda, e 20% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **3.5 - Provisões técnicas:** **3.5.1 - Provisão matemática para capitalização:** A provisão matemática para capitalização deve ser constituída enquanto não ocorrer o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial. **3.5.2 - Provisão para resgates:** Deve ser constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei, nas modalidades a seguir: **3.5.2.1 - Resgate de títulos vencidos:** Deve ser constituída para todos os títulos com prazo de vigência concluído. **3.5.2.2 - Resgate antecipado de títulos:** Deve ser constituída para todos os títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador. **3.5.3 - Provisão para sorteios a realizar:** A provisão para sorteios a realizar abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e deverá ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados. **3.5.4 - Provisão para sorteios a pagar:** A provisão para sorteios a pagar deverá ser constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei. **3.5.5 - Provisão complementar de sorteios:** A provisão complementar de sorteios deve representar a melhor estimativa para garantir o pagamento do prêmio de sorteio complementar ao previsto na PSR. Os critérios e cálculos para constituição de seu saldo, devem respeitar as cláusulas contratuais definidas para a realização de sorteios futuros com contemplação obrigatória ou de premiação instantânea. **3.5.6 - Provisão de despesas administrativas:** A provisão para despesas administrativas tem o objetivo de garantir a cobertura das despesas administrativas futuras com a manutenção/operacionalização da carteira em um cenário de run-off. **3.5.7 - Prescrição de títulos:** A Sociedade adota, nas provisões para resgates e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. **3.5.8 - Reconhecimento dos efeitos inflacionários:** Durante o período, as provisões técnicas foram atualizadas com base na TR. **3.6 - Avaliação de ativos e passivos:** Os ativos e passivos são sujeitos à atualização monetária com base nos índices definidos legalmente ou em contratos. **3.7 - Classificação no circulante e não circulante:** A Sociedade procede, no mínimo a cada data de balanço, a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulante, como o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. **3.7.1 - Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Os ativos mantidos com o propósito de negociação são considerados no ativo circulante. **3.8 - Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência: Para o reconhecimento das receitas de capitalização o registro é realizado a partir da data de emissão do produto de Pagamento Único (PU). O reconhecimento das despesas de provisões técnicas das operações de capitalização é na emissão do título. A própria natureza da operação dos produtos atualmente comercializados pela Capemisa Capitalização é suficiente para comprovar a contabilização das receitas de forma integral e não diferida. Isto porque, os sorteios ocorrem no primeiro ou segundo mês de vigência, conforme estabelecido em Nota Técnica Atuarial, não havendo, portanto, despesas residuais relevantes que justifiquem o diferimento da receita. A receita com prescrição de títulos corresponde às contribuições registradas nas provisões de sorteios a pagar, e são reconhecidas nos prazos estabelecidos no Código Civil.

4 - Aplicações financeiras – circulante e não circulante:**4.1 - Composição das aplicações financeiras: Em 2018:**

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros	Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I - Valor justo por meio do resultado				34.875	34.875	83,28%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1			14.174	14.174	33,85%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1			1.037	1.037	2,48%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2020	2.074	2.074	4,95%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2022	1.383	1.383	3,30%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2023	3.901	3.901	9,31%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2024	4.412	4.412	10,54%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2025	7.894	7.894	18,85%
II - Disponível para venda				1.187	1.187	2,84%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,36%	01/01/2022	1.187	1.187	2,84%
III - Mantido até o vencimento (*)				5.813	6.037	13,88%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,60%	01/10/2020	510	531	1,22%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,159% e 10,33%	01/01/2022	2.161	2.295	5,16%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,19%	01/07/2022	2.590	2.659	6,18%
Nota Promissória	1	CDI + 3,5%	22/01/2019	552	552	1,32%
				41.875	42.099	100,00%

Em 2017:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros	Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I - Valor justo por meio do resultado				14.998	14.998	77,87%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1			4.045	4.045	21,00%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2022	3.249	3.249	16,87%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2023	7.704	7.704	40,00%
III - Mantido até o vencimento (*)				4.264	4.275	22,13%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	SELIC	01/07/2021	2.260	2.271	11,73%
Nota Promissória	1	CDI + 3,5%	22/01/2019	2.004	2.004	10,40%
				19.262	19.273	100%

(*) Os referidos investimentos estão avaliados na "curva".

4.2 - Movimentação das aplicações financeiras:

Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 2016	14.996	2.026	17.022
Aplicação Resgate	37.924	4.250	42.174
Rendimentos	(39.524)	(2.221)	(41.745)
Saldo em 2017	14.998	4.264	19.262
Aplicação Resgate	86.725	1.086	87.811
Rendimentos	(68.119)	(6.478)	(74.597)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	1.271	61	1.332
Saldo em 2018	34.875	1.187	36.062

4.3 - Garantia das Provisões Técnicas: Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	2018	2017
Aplicações em Renda Fixa	41.875	14.003
Em 2017, a Sociedade apresentou o montante de R\$ 2.004 de ativos não vinculados à garantia das reservas técnicas. A Sociedade possui excesso de cobertura no montante de R\$ 5.750 (R\$ 3.255 em 2017).		

5 - Créditos das operações de capitalização: A composição dos créditos de títulos de capitalização a receber por vencimento, está distribuída da seguinte forma:

	2018	2017
A vencer entre 1 e 30 dias	17.042	12.098
Vencidos entre 60 e 150 dias	4	-
Redução ao valor recuperável	(7)	-
	17.039	12.098

A movimentação dos créditos das operações de capitalização está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldo inicial	12.098	1.198
Emissões	211.978	105.581
Recebimentos	(207.030)	(94.681)
Saldo final	17.046	12.098

6 - Títulos e créditos a receber: 6.1 - Créditos tributários e previdenciários: Circulante:

	2018	2017
Imposto de renda a compensar	29	22
Contribuição social a compensar	2	5
PIS e COFINS a compensar	-	1
Saldo	31	28

Não Circulante:

	2018	2017
Imposto de Renda Diferido – Ajustes Temporais (*)	23	8
Contribuição Social Diferido – Ajustes Temporais (*)	8	-
Outros Créditos Tributários e Previdenciários	43	6
Redução ao valor recuperável	(43)	(6)
Saldo	31	8

(*) A constituição de créditos tributários de ajustes temporais está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos. Com base na avaliação interna, o estudo técnico demonstrou que o prazo para a realização dos créditos tributários é de até 12 (doze) meses.

7 - Obrigações a Pagar:

	2018	2017
Fornecedores	126	838
Dividendos a pagar	446	167
Participação nos lucros	43	32
Outros pagamentos	4	-
Saldo	619	1.037

8 - Impostos, encargos sociais a recolher e encargos trabalhistas:

	2018	2017
Impostos e encargos sociais a recolher:		
Imposto de renda retido na fonte	815	455
Contribuições previdenciárias e FGTS	46	19
Imposto sobre Serviços Retido	3	2
Outros impostos e encargos sociais	10	5
Saldo	874	481

Encargos trabalhistas:

	2018	2017
Férias a pagar	81	46
Encargos sociais a recolher sobre férias	28	16
Saldo	109	62

9 - Impostos e contribuições:

	2018	2017
Imposto de renda	182	56
Contribuição social	144	39
COFINS	44	22
PIS	7	4
Saldo	377	121

10 - Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros são representados, basicamente, por cobrança antecipada de arrecadação com títulos de capitalização. Estão distribuídos conforme demonstrados a seguir:

	2018	2017
De 1 a 30 dias	549	276
De 30 a 60 dias	270	65
De 61 a 120 dias	47	-
De 121 a 365 dias	13	-
Saldo	879	341

11 - Provisões Técnicas: Abaixo apresentamos a movimentação das provisões técnicas:

	PMC	PDA	PRA	PSP	PSR	PCS	Totais
Saldo em 31.12.2016	1.132	202	130	925	-	-	2.389
Constituição	53.193	2.837	43.024	37.799	8.481	29.245	174.579
Reversão	(43.024)	(2.766)	(43.154)	(36.420)	(8.481)	(29.245)	(163.090)
Juros + Correção Monetária	117	-	-	8	-	-	125
Saldo em 31.12.2017	11.418	273	-	2.312	-	-	14.003
Constituição	106.503	3.788	91.294	97.647	26.173	71.512	396.917
Reversão	(91.294)	(3.701)	(91.190)	(91.112)	(26.173)	(71.512)	(374.982)
Juros + Correção Monetária	187	-	-	-	-	-	187
Saldo em 31.12.2018	26.814	360	104	8.847	-	-	36.125

12 - Patrimônio Líquido: 12.1 - Capital Social: O capital subscrito é de R\$ 16.758 (R\$ 13.258 em 2017) e está representado por 15.914.000 (13.200.000 em 2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e está assim composto: 15.794.000 ações para a acionista controladora, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, e 120.000 ações para a acionista Capemisa Instituto de Ação Social, dos quais R\$ 16.758 estão integralizados, e o saldo remanescente, no valor de R\$ 1, será integralizado até o dia 31 de janeiro de 2019, em moeda corrente nacional. **12.2 - Aumento de Capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2018, às 16 horas, na sede da Sociedade, os acionistas da Capemisa Capitalização S/A deliberaram pelo aumento do seu capital social, no valor de R\$ 3.501, com a emissão de 2.714.000 ações, sendo o valor de R\$ 3.500 integralizado na mesma data, e o saldo remanescente a ser integralizado até 31 de janeiro de 2019. A referida deliberação foi submetida à apreciação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 18 de janeiro de 2019, sob o nº de processo 15414.601415/2019-29, e aguarda a aprovação da Autarquia. **12.3 - Reservas de Lucros:** A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a Reserva de Investimento e Capital de Giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no Ativo Permanente e acréscimo do Capital de Giro da Sociedade, podendo, inclusive, absorver prejuízos. **12.4 - Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. O Estatuto Social ainda autoriza a Sociedade, mediante proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, a declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço. Com base na Assembleia Geral Ordinária de 08/03/2018, os acionistas revisaram a proposta de destinação do lucro líquido de 2017, e deliberaram que o lucro líquido do exercício de 2017, após constituição das reservas obrigatórias, fosse destinado a constituição da reserva estatutária.

Abaixo apresentamos o cálculo dos dividendos:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.877	706
Constituição da reserva legal	(94)	(35)
Base de cálculo dos dividendos	1.783	671
Dividendos mínimos (25%)	446	168

13 - Patrimônio Líquido Ajustado - PLA: Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Capitalização em conformidade com a Resolução CNSP nº 321/15 e alterações:

	2018	2017
Patrimônio líquido:	20.811	15.586

I - Ajustes Contábeis

Despesas antecipadas	(20)	(8)
Ativos Intangíveis	(1)	(1)

II - Ajustes associados à variação dos valores econômicos

Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	123	7
---	-----	---

Patrimônio líquido ajustado

20.811	15.586
14 - Adequação de Capital:	20.811

	2018	2017
(a) Capital Base	10.800	10.800
(b) Capital de Risco	3.773	3.467
CR Subscrição (i)	1.208	627
CR Crédito (ii)	1.923	1.674
CR Operacional (iii)	871	1.354
CR Mercado (iv)	464	166
Patrimônio líquido ajustado</		

pela SUSEP, a Administração concluirá a avaliação dos impactos nas Demonstrações da Sociedade. **18.1 - Marco Regulatório:** Em 3 de maio de 2018, foi publicada a Circular SUSEP nº 569, que dispõe sobre a operação de capitalização, as modalidades, elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização e dá outras providências, com entrada em vigor em 120 dias da data de publicação. Em 28 de agosto de 2018, foi publicada a Circular SUSEP nº 576 que altera a Circular SUSEP nº 569, e estabelece regras para a elaboração, a operação e a propaganda e material de comercialização de títulos

de capitalização, e dá outras providências, com entrada em vigor em 31/08/2018. Com os novos normativos, os títulos de capitalização passam a ser estruturados em seis modalidades (tradicional, instrumento de garantia, compra programada, popular, incentivo e filantropia premiável) e as Sociedades de capitalização não poderão comercializar títulos em desacordo com as normas após 120 dias de sua entrada em vigor. Em 19 de dezembro de 2018, através da Circular SUSEP nº 582, que altera as Circulares SUSEP nº 569 e nº 576, houve a prorrogação do prazo de adaptação acima para 240 dias, dentre outras alterações. A Administração já

avaliou os impactos das normas, e a Sociedade está em processo de adequação aos normativos emitidos pelo Órgão Regulador.

19 - Comitê de Auditoria: Em consonância com Capítulo VII da Resolução CNSP nº 321/15, e alterações, a Capemisa Capitalização S/A aderiu ao Comitê de Auditoria instituído por sua Controladora, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 da instituição controladora.

Marcio Augusto Leone Koenigsdorf - Diretor
Elida Cristina Cassundé dos Santos Lopes - Contador - CRC - RJ 93.879/O-2

Jorge de Souza Andrade - Diretor - Presidente
Marcio Coutinho Teixeira de Carvalho - Diretor

Rafael Graça do Amaral - Diretor
Patrícia Fernandes Nepomuceno Pinto - Atuário - MIBA Nº 2476.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores da Capemisa Capitalização S/A. Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Capemisa Capitalização S/A, em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Capemisa Capitalização S/A é responsável pelas provisões técnicas e pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no escopo deste parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. A auditoria atuarial de uma empresa de capitalização envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Capemisa Capitalização S/A são relevantes para planejar os procedimentos da auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião da auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Capemisa Capitalização S/A em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, nos aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que as informações selecionadas em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de parâmetro para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2019.

HR Serviços Atuariais Ltda.

CIBA nº 43 – CNPJ nº 36.252.526/0001-06
Empresa Certificada pelo IBA

HEITOR COELHO BORGES RIGUEIRA
MIBA nº 380 – CPF nº 097.408.307-06
Atuário Certificado pelo IBA

Aos Diretores e Acionistas da CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A. ("Sociedade") em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo Órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2019.



Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0.
Sheila Conrado
- CRC-RJ 086.265/O-4.

Diário Comercial

Por que escolher o Diário Comercial?

- Atendimento ágil e personalizado por profissionais experientes
- Oferece o melhor custo benefício do mercado
- Possui um público especializado em finanças
- Reconhecido pela expertise em Publicidade Legal e Financeira

www.diariocomercial.com.br

• Atas • Avisos • Balanços • Comunicados • Editais • Fatos Relevantes

